



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ata nº 106. Aos 21 de Julho de 2020, de **modo virtual** em virtude do disposto no Decreto nº 515, de 17 de março de 2020. Participaram da reunião virtual os membros do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina a Conselheira Presidente Marina Elisa Pantzier, a Conselheira Raquel Santos Rachadel da Silva, o Conselheiro Maicon Santos Trierveiler, a Conselheira Fabíola Ferreira de Macedo e a Conselheira Ellen White Baiense Concenço, para a reunião ordinária convocada pela Conselheira Presidente Marina Elisa Pantzier, conforme edital de convocação previamente publicado. O Conselheiro Laudenor Petroncini apresentou justificativa da sua não presença em reunião e que seria representado pela Suplente. A justificativa foi aceita por todos os Conselheiros e ora registrada em ata. Passou-se então a ordem do dia. 1º) Análise dos balancetes de Maio e Junho de 2020. A Conselheira Ellen trouxe as informações sobre os balancetes dos meses de Maio e Junho. **VÍDEO DA PLATAFORMA - DEMONSTRATIVO SOBRE O FUNDO FINANCEIRO:** A receita no mês de Maio foi de R\$ 551.555.191,72 e a despesa foi de R\$ 584.269.927,91. A receita no mês de Junho foi de R\$ 575.047.847,54 e a despesa foi de R\$ 582.421.173,85. Com exceção do mês de Abril a receita aumentou nos dois meses seguintes. No mês de Junho foi a maior receita do ano considerando mês a mês e a despesa referente ao mês de Junho também diminuiu. **DETALHAMENTO SOBRE AS DESPESAS DO FUNDO FINANCEIRO:** Olhando o detalhamento das despesas no gasto com aposentadoria e benefícios assistenciais estão inclusas as aposentadorias e as pensões. Teve-se nos meses de Abril e Maio valores bem próximos e no mês de Junho diminuiu o gasto com aposentadorias. Com relação ao Uso de Bens e Serviços não teve interferência da pandemia. Isso pode estar relacionado com gastos com sistemas de informática e contratação de técnicos na área tecnológica para auxiliar o serviço realizado remotamente pelos servidores. A despesa com Uso de Bens e Serviços no mês de Maio, no valor de R\$ 36.772,15, diminuiu em relação ao mês de Abril que foi de R\$ 42.092,86 e aumentou no mês de Junho para R\$ 40.771,72. A taxa de administração nos meses de Abril, Maio e Junho se mantiveram idênticas no valor de R\$ 8.858.080,50. A descentralização de recursos do mês de Junho, no valor de R\$ 58.792.238,33 representa o gasto de aposentadoria dos órgãos (ALESC, MP, TCE, TJ). Nota-se um aumento de R\$ 6.209.766,40 em relação ao mês de Maio. A origem possivelmente refere-se a aposentadorias nesse período. **DETALHAMENTO SOBRE AS RECEITAS DO FUNDO FINANCEIRO:** Referente às Contribuições Sociais no mês de Maio foi R\$ 179.592.761,19 e no mês de Junho foi de R\$ 180.164.911,11. As receitas de contribuições sociais incluem as contribuições dos servidores ativos, inativos e das



contribuições patronais. Houve pequena variação. Os Rendimentos das Aplicações Financeiras tiveram queda de 22% do mês de maio para o mês de junho. No mês de Maio o rendimento foi de R\$ 4.450.616,31, sendo o melhor do semestre e em Junho foi de R\$ 3.489.334,83, sendo o segundo melhor do semestre. Considerando os Repasses e Cotas o valor do mês de Maio foi de R\$ 362.590.373,11 e no mês de Junho o valor foi de R\$ 371.833.918,96. A variação é pequena entre os meses do semestre de Janeiro a Maio. O valor no mês de Junho foi 3% maior em relação aos meses anteriores. Repasses e Cotas são as transferências realizadas pelo Fundo Financeiro aos Poderes Legislativo, Judiciário, MP e TCE para o pagamentos de aposentadorias, pois são esses entes que executam a folha de pagamento dos benefícios. Quanto à Compensação Financeira da União, comparando os meses de Maio e Junho, teve nesse último um aumento. No mês de Maio o valor foi de R\$ 3.769.192,22 e no mês de Junho foi de R\$ 3.776.450,75, só menor que no mês de Fevereiro que chegou a R\$3.956.987,32. Em Outras Receitas observa-se que houve um crescimento nos valores de forma praticamente progressiva chegando ao mês de Junho ao valor de R\$ 15.783.231,89. Refere-se à folha de pagamento, aluguéis, reavaliação de vários imóveis e demais receitas.

DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS: Ao analisar a planilha referente às receitas do mês de Janeiro e subsequentes, observa-se que a Contribuição Patronal dos Militares não consta como tal e sim está inserida na Insuficiência Financeira do Poder Executivo. O Poder Judiciário arrecadou no mês de Maio R\$ 27.401.681,82. As despesas totais ficaram em R\$ R\$ 27.586.989,75. No mês de Junho a arrecadação foi de R\$ 27.347.658,75. As despesas totais ficaram em R\$ 27.697.539,81, incluindo a Taxa de Administração. O Ministério Público arrecadou no mês de Maio R\$ 9.451.849,70. As despesas totais ficaram em R\$ 8.590.782,79 incluindo a Taxa de Administração. No mês de Junho a arrecadação foi de R\$ 9.460.617,64 e as despesas totais chegaram a R\$ 10.899.485,86 incluindo a Taxa de Administração. Nada consta sobre Insuficiência Financeira tanto no Judiciário como no Ministério Público. Ressalta-se que tanto no Poder Executivo, TCE, ALESC e Militares constam valores na Insuficiência Financeira. O que chama atenção está relacionado à Contribuição Patronal desses órgãos. Todos, com exceção dos Militares apresentam os valores referentes à Contribuição Patronal. Analisando o balancete observou-se que a Contribuição Patronal dos Militares se encontra inserida na Insuficiência Financeira. No mês de maio, o valor seria de R\$ 14.827.317,42 e no mês de Junho, de R\$ 14.715.259,28. Os gastos com Insuficiência Financeira do Estado (Poder Executivo, TCE, e ALESC) no primeiro semestre totalizaram R\$ 2,14 bilhões. No mesmo período de 2019, esse gasto foi de R\$ 1,89 bilhões. Porém, dos R\$ 2,14 bilhões desembolsados no primeiro semestre de 2020, aproximadamente R\$ 74,9 milhões se referem a contribuição patronal dos militares e R\$ 546,7 milhões a receita do Pré-sal. Portanto, excluindo-se essas receitas, o desembolso líquido foi de R\$ 1,52 bilhões, ou seja, cerca de 20% menor em relação a 2019.

SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL: Em Maio houve um aumento do saldo bancário com relação a Abril e no mês de Junho houve um aumento maior com relação a Maio.



Assim, em Maio a disponibilidade foi de R\$ 555.206.828,26 e em Junho foi de R\$ 561.120.196,05. Observa-se que esses dois meses quase de equiparam aos meses de Janeiro e Fevereiro que foram os maiores do semestre no que se refere a aplicações financeiras. No que se refere a Créditos CP, no mês de Junho houve a maior queda do semestre. São os valores a receber junto aos municípios. Analisando o item sobre investimentos: Ações/imóveis se observou que de Janeiro ao mês de Maio os valores permaneceram os mesmos. Já no mês de Junho houve um aumento de R\$ 11.783.683,95 passando de R\$ 51.611.859,97 para R\$ 63.395.543,92. Isso se deve à reavaliação de alguns imóveis. Os bens aumentaram de valor por conta da reavaliação. Nos demais itens a serem considerados observou-se que as variações não foram significativas. Ao se fazer a análise do item referente às Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, observou-se que no semestre houve aumento gradativo de valores considerando de Janeiro à Junho. No mês de Janeiro foi de R\$ 40.373622,43 e nos meses seguintes os valores aumentaram numa média aproximada de R\$ 40.000.000,00 até ao mês de Maio, sendo o valor de R\$ 202.521.696,81. No mês de Junho houve aumento de 15%, chegando a R\$ 232.001.274,29. Os demais itens do setor de Passivo se mantiveram praticamente sem variações significativas. A análise do Balanço Patrimonial do 1º Semestre do ano em curso leva à conclusão que a arrecadação foi menor que os gastos realizados. O total de arrecadação foi de R\$ 3,3 bilhões, enquanto, os gastos chegaram a R\$ 3,5 bilhões. Portanto, o resultado acumulado no período foi negativo em R\$ 244,8 milhões. A contrapartida está registrada em obrigações demonstradas no Passivo Circulante e depende de cobertura de insuficiência financeira. Os valores arrecadados com o Pré-Sal são os mesmos em todos os meses do semestre e continuam sendo somados à Insuficiência Financeira. Assim, a Insuficiência do Poder Executivo no mês de Maio tem o valor de R\$ 245.100.923,86 e a ela é acrescentado R\$ 91.122.309,81, totalizando R\$ 336.223.233,67. No mês de Junho, o mesmo procedimento é verificado. Valor da Insuficiência Financeira está em R\$ 253.937.765,52 e a esse valor foi acrescido o montante recebido do Pré-Sal, ficando em R\$ 345.060.075,33. 2º) Análise dos Processos Licitatórios – 2020 - Destacam-se a análise de 3 procedimentos de dispensa de licitação que aconteceram entre os exercícios de 2019/2020: **1 - PROCESSO IPREV 2997/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2020,** que possuiu como objeto a locação de uma vaga de garagem coberta com portão eletrônico, 24horas por dia, para o veículo oficial do IPREV, situada na Rua Benjamin Constant, 75E, CEP: 89.802-000, Centro – Chapecó – SC; **2 - PROCESSO IPREV 6298/2019 – DISPENSA LICITAÇÃO Nº 001/2020,** que possuiu como objeto a contratação de empresa ou profissional especializado, para prestação de serviço de Elaboração de Projetos de Engenharia será contratado os projetos elétrico e lógica, projeto hidro-sanitário e drenagem, projeto de condicionamento de ar e projeto preventivo contra incêndio, para reforma de imóvel pertencente ao IPREV/SC, localizado na Rua Trajano, sendo que as atividades pertinentes deverão ser desenvolvidas por profissional da área de engenharia e/ou arquitetura e **3 - PROCESSO IPREV 331/2020 – DISPENSA**



LICITAÇÃO Nº 002/2020, que possuiu como objeto a contratação de empresa ou profissional especializado, para prestação de serviço de ginástica laboral, sendo que as atividades pertinentes deverão ser desenvolvidas por profissional da área de fisioterapia ou educação física, visando à saúde e o bem-estar funcional de todos os servidores, terceirizados e estagiários. Houve manifestação favorável à contratação pela consultoria jurídica do IPREV em todas as ocasiões, concluindo este Conselho Fiscal pela legalidade e legitimidade de todos os procedimentos. 3º) Assuntos Gerais – A Ata nº 105 foi aprovada por unanimidade. A Presidente Conselheira deu por encerrada a reunião e foi agendada a próxima para o dia 18/08/2020. Assim, a reunião foi encerrada e eu, Raquel Santos Rachadel da Silva, lavrei presente ata que vai assinada por esta Secretária e todos os demais Conselheiros presentes na reunião.

Marina Elisa Pantzier
Conselheira Presidente

Fabíola Ferreira de Macedo
Conselheira

Raquel Santos Rachadel da Silva
Conselheira Secretária

Ellen White B. Concenço
Conselheira

Maicon Santos Trierveiler
Conselheiro